

Porto entre os municípios que mais impostos cobram por habitante

Lisboa concentra 16% do IMT cobrado a nível nacional. Nove concelhos baixaram a taxa de IMI, mas acabaram por ter mais coleta

Teresa Costa

tcosta@jn.pt

ANUÁRIO O Porto subiu dois lugares e posicionou-se, no ano passado, na 14.^a posição entre os municípios que mais impostos cobram por habitante, no valor de 694,20 euros (em 2023, foram 646,70 euros), numa lista liderada por Grândola, que arrecadou 1700,70 euros de cada residente. Em qualquer caso, trata-se de montantes bem acima da média nacional, que se ficou pelos 273 euros.

A informação consta do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2024, ontem divulgado no Porto, que aponta para uma melhoria genérica das contas, num estudo da responsabilidade do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), com o apoio da Ordem dos Contabilistas Certificados e do Tribunal de Contas.

Apesar de entre os 20 municípios com valores mais altos na cobrança de impostos por habitante dez pertencerem ao distrito de Faro, três ao de Setúbal e outros três ao de Lisboa, lê-se no anuário que tal não significa que a população pague mais impostos do que a de outros municípios, uma vez que, "em muitos casos, os valores elevados devem-se a receitas provenientes de não residentes, especialmente no que diz respeito ao IMI e ao IMT".

Na realidade, embora os impostos já não representem a maior

fatia das receitas para as autarquias, tendo sido superados pelas transferências do Estado, a receita fiscal cresceu no ano passado, com especial destaque para o contributo do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), ao ter atingido os 1728,5 milhões de euros, mais 14,1 milhões de euros (+0,8%) face a 2023. São 42,4% do total dos impostos, o que é compatível com o aumento das vendas no mercado habitacional e da subida dos preços imobiliários.

"O IMT, que esteve em riscos de desaparecer como receita municipal, continuou, em 2024, a ultrapassar o valor do IMI, representando 115,2% do mesmo. Em 2014, o IMT representava, apenas, 33,2% do valor do IMI", assinala-se no documento, coordenado pela presidente do IPCA, Maria José Fernandes.

MERCADO IMOBILIÁRIO

Em termos de IMT, o relatório assinala o caráter excepcional do Município de Lisboa, por ter apresentado receitas que representaram 15,9% do total deste imposto cobrado a nível nacional.

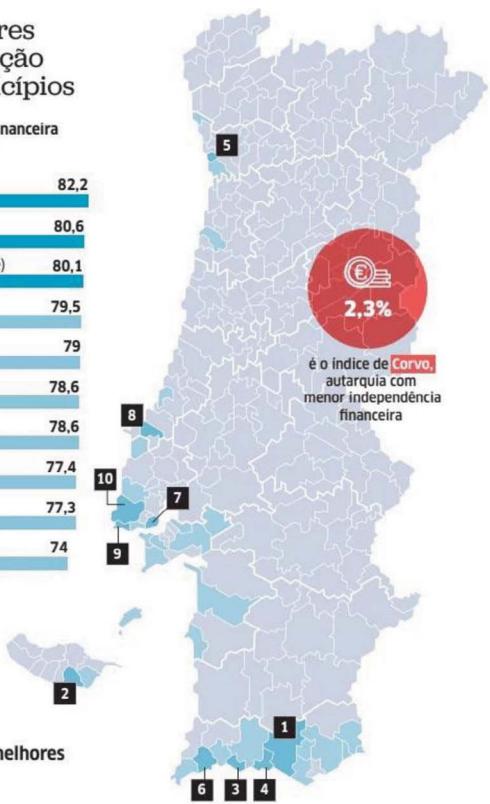
A dinâmica imobiliária também se refletiu no imposto municipal sobre imóveis (IMI, antiga sisa), mas de forma mais ténue, porque houve mesmo uma perda de receita, de 1500 milhões de euros (-0,3%), embora tenha continuado como o segundo imposto mais

Indicadores de avaliação dos municípios

Independência financeira em 2024 (em %)

1 Loulé	82,2
2 Funchal	80,6
3 Lagoa (Algarve)	80,1
4 Albufeira	79,5
5 Porto	79
6 Lagos	78,6
7 Lisboa	78,6
8 Óbidos	77,4
9 Cascais	77,3
10 Sintra	74

2,3%
é o índice de Corvo, autarquia com menor independência financeira



Ranking dos melhores classificados

Grande	Médio	Pequeno
1 Sintra	1 Abrantes	1 Óbidos
2 Maia	2 Tavira	2 Murtosa
3 Amadora	3 Castelo Branco	3 Sta. Cruz das Flores
4 Sta. Maria da Feira	4 Oliveira de Azeméis	4 Penedono
5 Porto	5 Porto de Mós	5 Ferreira do Alentejo
6 V. Franca de Xira	6 Marinha Grande	6 Grândola
7 V. N. de Famalicão	7 Arouca	7 Vila do Bispo
8 Almada	8 Alcobaça	8 Coruche
9 Odivelas	9 Montijo	9 Ferreira do Zêzere
10 Leiria	10 Estarreja	10 Santana

FONTE: ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES 2024

INFOGRAFIA JN

importante para os municípios, uma situação muito diferente do que acontecia há 11 anos: em 2014, o IMT representava apenas 33,2% do valor do IMI.

TAXA DE IMI SEM SUBIDA

Quanto à taxa de IMI, em 2024, nenhum município aumentou o valor. Entre os 259 concelhos que mantiveram a taxa, 157 tiveram uma diminuição do valor cobrado. Já entre as 49 autarquias que decidiram reduzir a taxa, 40 apresentaram uma perda de receita deste imposto, mas nove, pelo contrário, acabaram por ter um aumento da coleta: Loulé, Alcanaena, Valongo, Sobral de Monte Agraço, Seia, Maia, Vila Real, Cadaval e Loures.

O relatório precisa que 90 municípios, do universo dos 308 existentes em Portugal, apresentaram, em simultâneo, descidas na cobrança de IMI e do IMT. Foram mais 47 do que em 2023.

A receita fiscal das autarquias complementa-se com o IUC e a derrama. No caso do imposto único de circulação (antigo "selo automóvel"), as autarquias arrecadaram 341,3 milhões de euros, mais sete milhões de euros (+2,1%), do que em 2023. Quanto à derrama, o montante cresceu num ano 17,8%, para 481,3 milhões de euros. De acordo com o Anuário, 86 municípios não apresentaram registo de valor da derrama em 2024, mas todos apresentaram registo de IUC. ■

TURISMO

31 municípios aplicaram a taxa municipal turística de dormidas em 2024, mais 16 do que em 2023.

95 milhões de euros

foi o montante arrecadado pelos municípios com a taxa turística, mais 24,6 milhões (+34,5%) do que no ano anterior.